

PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO 2025 ALMADA

ÍNDICE

I - TRAMITAÇÃO	3
Parecer	3
Aprovação.....	3
Revisão	3
Prazos de revisão.....	3
II – FICHA TÉCNICA	5
III - SUMÁRIO EXECUTIVO	6
IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	14
IV.1 – Projetos de valorização dos espaços rurais	14
IV.2 – Projetos de cuidar dos espaços rurais	15
IV.3 – Projetos de modificação de comportamentos.....	28
IV.4 – Projetos de gestão eficiente do risco	41
V – ANEXOS.....	46
V.1 – Projetos sem declinação Municipal	46
V.2 – Matriz de Avaliação do risco	51
V.3 – Cartografia de detalhe.....	53
V.4 – Glossário.....	57

I - TRAMITAÇÃO

PARECER

O Programa Municipal de Execução, foi enviado para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa, em XX/XX/2024, nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, tendo recebido parecer favorável em 09/12/2024.

APROVAÇÃO

O Programa Municipal de Execução de Almada de 2025 foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022, realizada em Almada 18/12/2024.

REVISÃO

A revisão do Programa Municipal de Execução terá uma periodicidade anual e consiste na reponderação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou facto superveniente as torne redundantes ou ineficazes. No processo de revisão podem ser adicionados projetos e iniciativas que resultem de propostas dos programas de nível inferior, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no PNGIFR. Nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

PRAZOS DE REVISÃO

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Almada, realizará o levantamento de necessidades e definem prioridades para o ano seguinte que remeterá para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do art.º 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

A Vereadora do Pelouro da Proteção Civil e Segurança

Francisca Parreira, Dra.

II – FICHA TÉCNICA

O PME de Almada foi elaborado pelo município de Almada tendo recebido contributos do conjunto de entidades com assento na comissão conforme o estipulado no N.º 3, do artigo 29º, do Decreto-Lei N.º 82/2021, de 13 de outubro de 2021, em cumprimento do anexo 2, do Despacho N.º 9550/2022, de 4 de agosto, estas tabelas traduzem-se na ficha técnica de autores:

Entidade	Cargo	Representante
Município	Presidente	Inês de Medeiros
Município	Vereadora da Proteção Civil	Francisca Parreira
Município	Coordenador Municipal de Proteção Civil	António Godinho
Junta de Freguesia Costa da Caparica	Presidente	José Ricardo Dias Martins
União de Freguesias da Caparica e Trafaria	Presidente	Sandra Chaíça
ICNF	Representante da Área de Gestão de Fogos Rurais da Direção Regional de Conservação da Natureza e das Florestas de LVT	Luís Henriques
GNR	Chefe da Equipa SEPNA	João Malhado
PSP	Comissário	Pedro Morais
Bombeiros Voluntários de Almada	Comandante	Ricardo Silva
Bombeiros Voluntários de Cacilhas	Comandante	Maximino Viegas
Bombeiros Voluntários da Trafaria	Comandante	Afonso Rocha
Forças Armadas - Marinha	Tenente	Vicente de Jesus

III - SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Regional de Ação (PRA), transporta para a região os projetos inscritos no PNA, em função da sua aplicabilidade, por sua vez, o Programa Sub-Regional de Ação declina os grandes objetivos à escala sub-região. Este converte os objetivos nacionais em linhas de trabalho orientadoras para os Programas Municipais de Execução e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

Os programas municipais de execução de gestão integrada de fogos rurais adaptam à escala municipal o programa sub-regional de ação que lhes dá origem, identificando, de entre os projetos nele inscritos, aqueles que devem ser prioritariamente implementados. A atribuição de prioridade aos projetos identifica claramente as condicionantes, regras gerais regulamentares e, num sistema de execução, os locais, calendários de execução e recursos necessários, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR, para inclusão no programa municipal de execução. Os programas municipais de execução são elaborados pelos municípios, em articulação com as comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais, de acordo com as prioridades definidas no programa sub-regional de ação, propondo as ações a executar no município, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR.

O Programa Municipal de Execução (PME) define em detalhe as iniciativas a executar no território de cada concelho, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas. A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Almada foi constituída em 27 de janeiro de 2022. (Ata n.º 1/2022 da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais).

O Programa Municipal de Execução de Almada conta com onze projetos. Todos estes projetos são transpostos do PSA-AML, caracterizando as ações detalhadas a executar.

Nos termos da Lei, este Programa Municipal de Execução é aprovado pela Comissão municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Almada, tendo sido sujeito a parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSubR GIFR).

Extensão de Execução

A figura 1 apresenta a extensão do município, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual figurar na ficha de projeto respetiva.

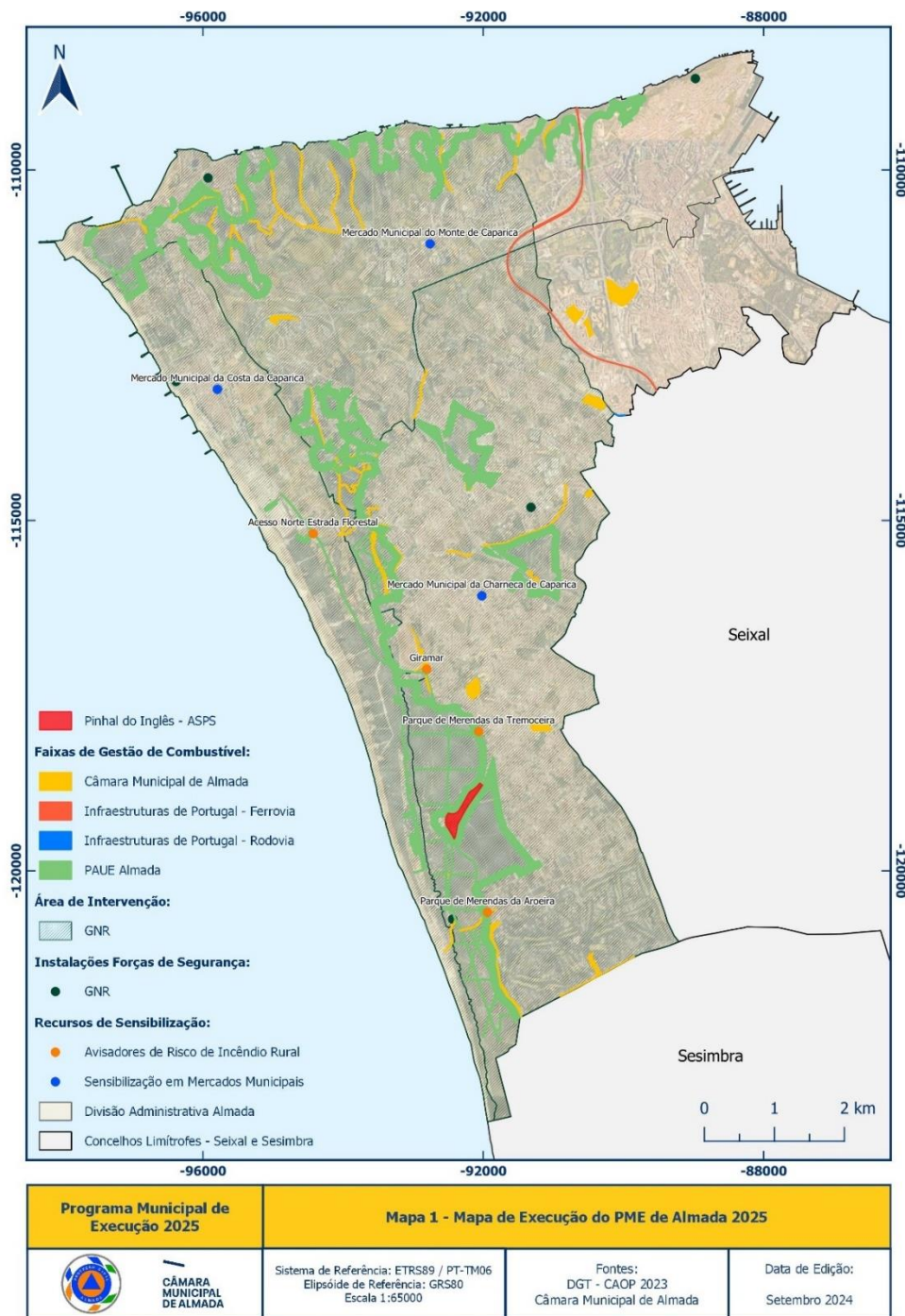


Figura 1 – Mapa de Execução do PME de Almada 2025
(esta cartografia pode ser consultada numa escala de representação maior, no Anexo V.3 a este documento)

Níveis de adequação dos Projetos

A tabela seguinte resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Orientação estratégica	Projeto	PRA	PSA	PME
	1.1.2.2 Cadastro	E	E 	
	1.1.3.2 Emparcelamento	E		
	1.2.1.1 Gestão Agregada	E	E 	
	1.2.1.2 PRGP	R		
	1.2.2.1 Multifundos	E	R	
	1.2.2.2 Certificação	E	E	
	1.2.2.4 Economia Rural	E	R	
	1.2.2.5 Multifuncionalidade	E	R	
	1.2.3.2 Remuneração de Proprietários	M	R	
	2.1.1.1 AIGP	E		
	2.1.1.2 Serviços de Ecossistemas	E	E 	
	2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	E	E	
	2.1.1.4 Transposição PROF	M	M	E
	2.2.1.1 Reporte de Gestão de Combustível	R	R	R
	2.2.1.2 Rede Primária	E		
	2.2.1.3 Rede Secundária	M	E 	E
	2.2.1.4 Mosaicos Estratégicos	M	E 	
	2.2.1.5 Áreas de Elevado Valor	E	E 	
	2.2.1.6 Galerias Ribeirinhas	M	E	
	2.2.1.7 Pastoreio Extensivo	M	E	
	2.2.1.9 Uso do Fogo	M	E 	
	2.2.2.1 Compostagem	M	E	
	2.2.2.2 Biomassa	M	E	
	2.3.1.1 Defesa pelos Privados	M	E	E
	2.3.1.2 Condomínios de Aldeia	M	E	
	2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras	M	E	E
	3.1.1.2 Queimas e Queimadas	M	E 	E
	3.1.1.3 MARQ	M		
	3.1.2.1 Vigilância	M	E 	E
	3.1.2.2 Forças Armadas	M	M	



3.1.2.3 RVDI	E	E	E
3.1.3.3 Investigação e causas	E	E	
3.2.1.1 Comunicação Integrada	E	E	
3.2.1.2 Comunicação de Proximidade	M	E	E
3.2.1.3 Comunicação em Emergência	M	E	E
3.2.1.4 Formação de OCS	E	E	
3.2.2.1 Práticas Pedagógicas	M	E	E
4.1.1.2 Dados Meteorológicos	M	E	
4.1.2.1 Comissões SGIFR	E	E	E
4.1.2.2 Programação e Dimensionamento	R	R	E
4.1.2.3 Programas de Ação	E	E	E
4.1.2.4 Normas Técnicas	E	E	
4.1.3.1 Orçamento	R	R	
4.2.2.1 Monitorização	M	E	
4.2.2.3 Lições Aprendidas	E	E	
4.3.1.1 Projeto Piloto			
4.4.1.3 Formação e Qualificação	M	E	

Nota: O PNA não está indicado na medida em que todos os projetos têm reflexo no Programa Nacional de Ação.

Legenda



Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior



Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)



Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)



Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado



Projeto Chave

Projetos com mais impacto na implementação da Estratégia sub-regional e concretização de resultados.

Cronograma de Execução

A tabela abaixo apresenta o cronograma anual de execução dos projetos com declinação no PME para o ano de 2025.

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2.1.1.4.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.3	■	■	■	■	■					■	■	■
2.3.1.1.		■	■	■								
2.3.1.4				■	■	■						
3.1.1.2	■	■	■	■	■	■				■	■	■
3.1.2.1					■	■	■	■	■	■		
3.1.2.3					■	■	■	■	■	■		
3.2.1.2	■	■	■	■	■	■				■	■	■
3.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.2.1			■	■	■							
4.1.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4.1.2.1					■					■		■
4.1.2.3								■	■	■	■	

Orçamento

A tabela 2 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os projetos a intervir ao nível municipal. O PME de Almada conta com um **orçamento global de 360.742,00€**.

Projetos	Principais Metas	Orçamento
2.1.1.4. Transposição do PROF	% da área de abrangência do PROF transposto para o PDM; N.º PDM com PROF transposto; N.º de normas transpostas.	A definir
2.2.1.1 Reporte de Gestão de Combustível	Carregamento na aplicação dos dados de gestão de combustível em território municipal (100%).	2.700,00 €
2.2.1.3 Garantir a Gestão da Rede Secundária	Área da Rede Secundária com gestão efetiva de combustível de acordo com mapa de prioridades (417,86ha); Monitorizar a gestão de combustível efetiva na rede secundária (entre 30 a 40%); Taxa de execução nas áreas prioritárias (superior a 95%).	488.719,00 €
2.3.1.1. Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	Número de situações monitorizadas/sinalizadas; Taxa de cumprimento voluntário sobre o monitorizado/sinalizado; Número de autos por tipologia.	A definir
2.3.1.4 Programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”	Nº total de aglomerados rurais abrangidos pelos programas (1); % de aglomerados rurais com estabelecimento ou melhoria de locais de abrigo ou refúgio (100%); % de aglomerados rurais com colocação de sinalética e plano de evacuação/confinamento (100%); % de aglomerados rurais com realização de simulacros (100%).	1.000,00 €
3.1.1.2. Apoio à população na realização de queimas e queimadas	Número de comunicações prévias da realização de queimas e queimadas (100%); Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas (100%); Número de queimas e queimadas apoiadas (100%); Número de acidentes em queimas e queimadas (0)	1.500,00 €
3.1.2.1. Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas	Ações de vigilância em dias de alto risco (FWI muito alto e extremo) no concelho de Almada e especialmente no território da Área Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica (100%); Grau de cobertura do território a vigiar nas áreas críticas (art. 41.º e 42.º do SGIFR na sua redação atual) e nos Estados de Alerta Especial Laranja e Vermelho.	A definir
3.1.2.3. Rede de vigilância e deteção de incêndios	Vigilância fixa e móvel no período de julho a setembro (100%) Grau de cobertura do território a vigiar na área da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica (100%)	A definir
3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade	Número de ações de sensibilização locais (12 ações); Número de ações nas redes sociais (2 ações); Número de Cidadãos abrangidos pelas ações de sensibilização locais (2400).	2.850,00 €

3.2.1.3 Comunicação em Emergência	Número de elementos capacitados para comunicarem em contexto de emergência (2 elementos por entidade SGIFR); Número de entidades para comunicarem em contexto de emergência (entidades do SGIFR a definir).	A definir
3.2.2.1 Práticas Pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco	Número de alunos participantes, por ciclo de ensino, em iniciativas orientadas para a prevenção dos incêndios, proteção e valorização da floresta e/ou espaços rurais, identificação de risco de fogo rural e comportamentos de autoproteção nas escolas (10 % do total de alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e ensino secundário, do município); Número de estágios profissionais promovidos pelas entidades do sistema, por município.	1.700,00 €
4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	Número de estações meteorológicas a realizar manutenção e calibração. (100% das estações da rede de estações meteorológicas)	A definir
4.1.2.1 Constituição e funcionamento das CMGIFR	CMGIFR constituída e em funcionamento; N.º de reuniões anuais (3 reuniões)	A definir
4.1.2.3 Elaboração e implementação dos programas de ação e de execução	PME aprovado; Parecer emitido em relação ao PME; PME monitorizado; Percentagem de execução dos projetos do PME.	A definir
TOTAL		498.469,00 €

Norma habilitante

Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Referência

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho, que aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, que aprova o Programa Nacional de Ação do PNGIFR (primeira iteração).
- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).
- Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto, que regulamenta os Instrumentos de Planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais estabelecendo as regras técnicas de elaboração, consulta pública, aprovação, e conteúdos dos instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- Decreto-Lei nº 49/2022, de 19 de julho, que altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.
- Decreto-Lei nº 56/2023, de 14 de julho - Altera o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais para enquadrar a aplicação da metodologia de adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança.

Data deste documento

17 de dezembro de 2024.

IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA, sendo essas fichas a referência para consulta. O PME indica de que modo o município se envolverá no projeto, contribuindo para a sua execução.

A legenda referente à atribuição das responsabilidades das entidades envolvidas nos diferentes projetos do PME é a seguinte:

R – Responsável; A – Aprova; S – Suporta; C – Consulta; I – Informa; F –Fiscaliza; Aa – Avalia e articula.

No que se refere à cadeia de processos, a sua legenda é a seguinte:

PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão;

POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

IV.1 – PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS



VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

Considerou-se que os projetos desta tipologia existentes no PSA – AML não têm aplicabilidade no PME Almada 2025. Por esse facto, não foram transpostos para este documento.

IV.2 – PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)								2.1.1.4.													
Objetivos Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR.				Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>AML, ICNF, Comissão SUBREGIONAL GIFR, Juntas de freguesia</td></tr><tr><td>C</td><td>CCDR-LVT, Comissão SUBREGIONAL GIFR</td></tr><tr><td>I</td><td>Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr><tr><td>F</td><td>Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr></table>						R	Município	A	Comissão MUNICIPAL GIFR	S	AML, ICNF, Comissão SUBREGIONAL GIFR, Juntas de freguesia	C	CCDR-LVT, Comissão SUBREGIONAL GIFR	I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR	F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR
R	Município																				
A	Comissão MUNICIPAL GIFR																				
S	AML, ICNF, Comissão SUBREGIONAL GIFR, Juntas de freguesia																				
C	CCDR-LVT, Comissão SUBREGIONAL GIFR																				
I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR																				
F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR																				
Principais resultados esperados PDM de Almada com PROF-LVT transposto																					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE	QUAL	SIC												
Orçamento Global do Projeto neste PME (€):																					
Indicadores					Unidade			Meta													
1) % da área de abrangência do PROF transposto para o PDM					%			100													
2) N.º PDM com PROF transposto					N.º			1													
3) N.º de normas transpostas					N.º			A definir													
Gestão de risco do projeto Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2) Ameaças: Ausência de Guia Orientador para a transposição dos PROF para os PDM para orientação e fundamentação técnica da transposição do PROF-LVT para o PDM de Almada. Resolução Geral: Necessidade de orientação técnica e monitorização de resultados. Parceria entre CCDR-LVT, AML, ICNF e Município.																					
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento													
Mapear as áreas a intervir e a transpor do PROF-LVT para o PDM de Almada								OM													
Calendarização																					

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos												
	Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo [€]			
	1) Compilação dos dados das ações de gestão de combustível cuja responsabilidade de execução recai sobre o Município					Município			A definir			
	2) Carregamento dos dados obtidos na plataforma disponível para o efeito					Município			A definir			
	Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa												
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)												
- Ameaças: As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. - Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto.												
Iniciativa n.º 2						Fonte de Financiamento						
Monitorizar os resultados e identificar situações que justifiquem a intervenção de forma a assegurar o cumprimento das metas estabelecidas.						OM						
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos												
	Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo [€]			
	1) Monitorização de resultados					Município			A definir			
	2) Instalações					Município			A definir			
	Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa												
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)												
- Ameaças: As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. - Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto.												
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.												

ESTABELECE E OPERACIONALIZAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL								2.2.1.1.				
Objetivos Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR					Principais entidades envolvidas R Município, Juntas de Freguesia, REN, REN, IP, E-Redes, entidades gestoras de infraestruturas, proprietários privados A Comissão MUNICIPAL GIFR S AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR C ANEPC, Comissão SUB-REGIONAL GIFR I Comissão SUB-REGIONAL GIFR, ICNF F ICNF							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE	QUAL		SIC		
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 2.700,00€												
Indicadores					Unidade				Meta			
1) Carregamento na aplicação dos dados de gestão de combustível em território municipal.					%				100			
Gestão de risco do projeto												
Risco Total: 12 – Elevado (S3; P4).												
Ameaças:												
- Limitações de meios humanos e materiais para o levantamento anual da totalidade das áreas alvo de gestão de combustível, especialmente nas parcelas de terreno cuja gestão recai sobre proprietários privados - Erros no levantamento da informação.												
Resolução Geral:												
- Disponibilização de instrumentos financeiros para reforço dos meios humanos e materiais - Reforço dos recursos humanos e materiais afetos ao GTF - Disponibilização de ferramentas de análise remota de gestão de combustível.												
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento				
Carregamento na aplicação dos dados das ações de gestão de combustível cuja responsabilidade de execução recai sobre o Município de Almada								OM				
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	
Recursos												

Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
3) Compilação dos dados das ações de gestão de combustível cuja responsabilidade de execução recai sobre o Município						Município		A definir			
4) Carregamento dos dados obtidos na plataforma disponível para o efeito						Município		A definir			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)											
- Ameaças: As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. - Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto.											
Iniciativa n.º 2						Fonte de Financiamento					
Monitorizar os resultados e identificar situações que justifiquem a intervenção de forma a assegurar o cumprimento das metas estabelecidas.						OM					
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
2) Monitorização de resultados						Município		A definir			
2) Instalações						Município		A definir			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)											
- Ameaças: As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. - Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto.											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA		2.2.1.3
Objetivos Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva		Principais entidades envolvidas

vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos de interesse público.					R CMA (Câmara Municipal de Almada), REN, E-Redes, IP, ICNF, proprietários e gestores florestais,						
Principais resultados esperados					A Comissão MUNICIPAL GIFR						
- Garantir a gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios. 417,86 ha com gestão efetiva da rede					S ANEPC e Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
					C ANEPC e Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
					I Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
					F GNR e CMA						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 488.719,00€											
Indicadores				Unidade				Meta			
4) Área da Rede Secundária com gestão efetiva de combustível de acordo com mapa de prioridades				ha				566,83			
5) Monitorizar a gestão de combustível efetiva na rede secundária				%				Entre 30 a 40%			
6) Taxa de execução nas áreas prioritárias				%				>95 %			
Gestão de risco do projeto											
Risco Total (Severidade x Probabilidade): 16 – Alto (S4; P4)											
Ameaças:											
- Ausência de financiamento para a execução dos trabalhos de gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível da rede secundária planeadas. Falta de mão de obra/recursos e janela de oportunidade para execução; - A não execução da gestão de combustível de acordo com o planeamento de execução das faixas de gestão de combustível, situação que se verifica com maior recorrência no âmbito dos proprietários privados.											
Resolução Geral:											
- A Câmara Municipal de Almada poderá efetuar intervenções de gestão de combustível em substituição aos proprietários em locais identificados e cujo risco associado seja elevado; - Maior fiscalização por parte da CMA, com especial incidência nas áreas de maior risco.											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
Execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária							OE, OM, Privados				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□					□	□	□
Recursos											

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Execução das FGC aos Aglomerados Populacionais	Município/ Privados	320.031,00€ (355,59ha, com valor de referência de 900,00€/ha)
2) Execução de FGC - Rede Viária Florestal	IP e Município	84.816,00€ (106,02ha com valor de referência de 800€/ha)
3) Edifícios no Espaço Rural	PAUE	1.360,00€ (1,36 ha, valor de referência de 1.000,00€/ha)
4) Execução de FGC Polígonos Industriais e Parques de Campismo	Privado	41.004,00€ (45,56ha, valor de referência de 900,00€/ha)
5) Parcelas DFCI	Município	41.508,00€ (46,12ha, valor de referência 900,00€/ha)
Total (€)		488.719,00 €
Gestão de risco da iniciativa <u>Risco Total:</u> 16 – Alto (S4; P4) <u>Ameaças:</u> As ameaças de implementação deste projeto estão diretamente relacionadas com a dificuldade das entidades públicas em financiarem as suas intervenções de gestão de combustível e com o facto de existirem proprietários privados com um elevado risco de não execução das faixas de gestão de combustível planeadas, por questões de falta ou incapacidade de financiamento. <u>Resolução:</u> Nas situações com um maior risco associado o município poderá tomar posse administrativa dos terrenos e realizar intervenções, substituindo-se aos proprietários.		
Observações: O projeto apresentado nesta ficha do PME tem aplicabilidade obrigatória, tendo em conta o enquadramento legal providenciado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.		
Iniciativa n.º 2		Fonte Financiamento
Identificar áreas prioritárias para a gestão de combustível de acordo com o potencial de grandes incêndios e a vulnerabilidade dos elementos a proteger		Orçamento Municipal

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐					☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Realização de levantamento de campo, para identificação de áreas de intervenção prioritárias						Município			Sem custo direto (Recursos próprios da CMA)		
2) Produção de uma saída cartográfica com a respetiva identificação destas áreas prioritárias identificadas						Município			Sem custo direto (Recursos próprios da CMA)		
Total (€)									0 €		
Gestão de risco da iniciativa											
Risco: Proprietários não executarem as FGC. Alto (16)											
Resolução: Município substituir-se aos proprietários.											
Observações:											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

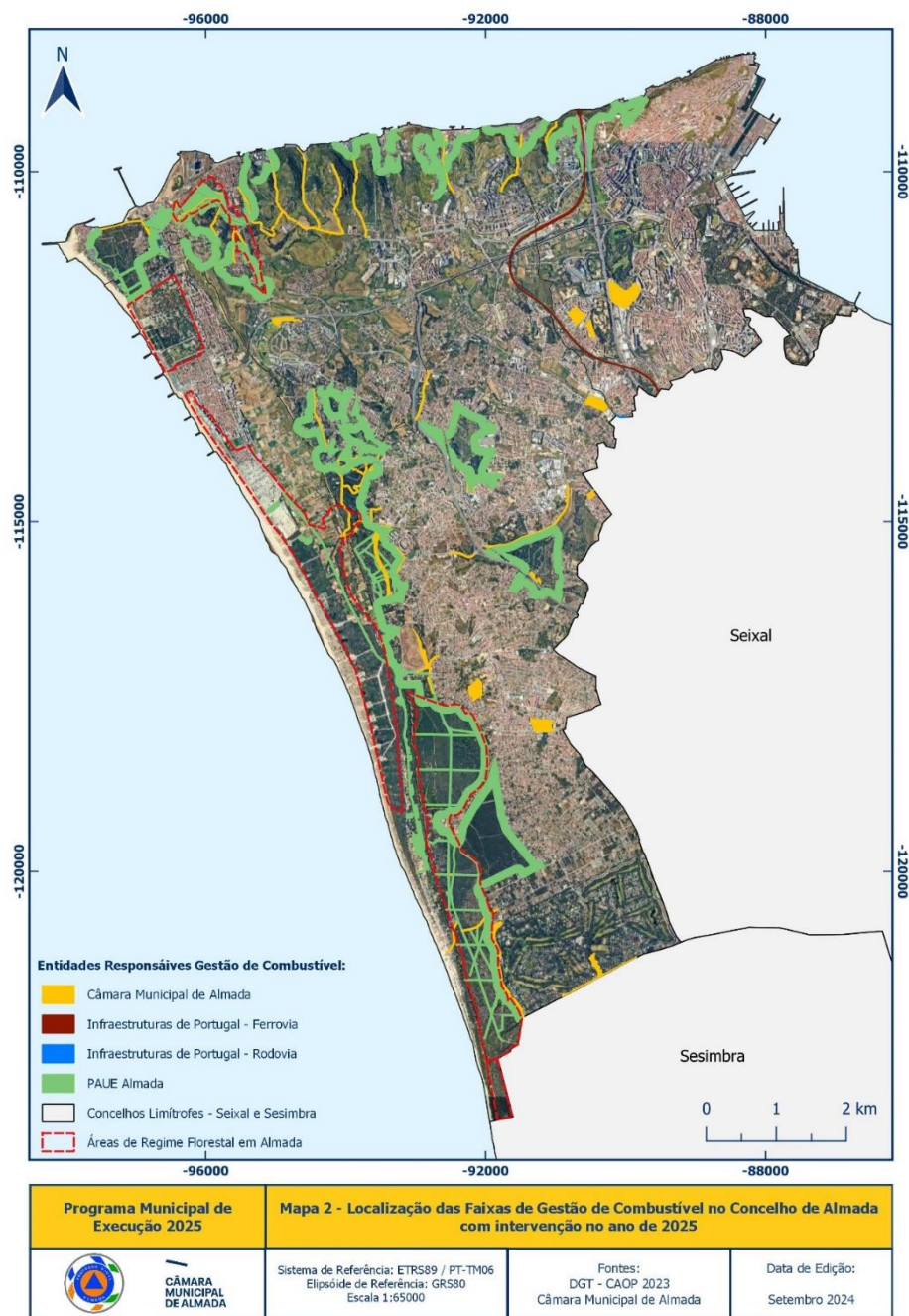


Figura 2 – Faixas de Gestão de Combustível com intervenção em 2025

(esta cartografia pode ser consultada numa escala de representação maior, no

Anexo V.3 a este documento)

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS										2.3.1.1.	
Objetivos - Rever e implementar as regras assegurando um equilíbrio entre o esforço e o risco subjacente aos territórios rurais em que se inserem Principais resultados esperados - Aumento do número de privados que cumprem as regras de criação das redes de defesa fruto de um melhor alinhamento entre o esforço necessário e o risco de incêndio subjacente - Reforço da proteção do território e edificado rural					Principais entidades envolvidas						
					R GNR						
					A Comissão MUNICIPAL GIFR						
					S Município, ICNF, Comissão SUB-REGIONAL GIFR, Proprietários Privados						
					C						
					I Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
					F GNR, Município						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE		QUAL		SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir											
Indicadores				Unidade				Meta			
1) Número de situações monitorizadas/sinalizadas				%				A definir			
2) Taxa de cumprimento voluntário sobre o monitorizado				%				A definir			
3) Número de autos por tipologia				A definir				A definir			
Gestão de risco do projeto											
Risco Total: 16 – Alto (S4; P4)											
Ameaças:											
A não execução das intervenções de gestão de combustível por parte dos proprietários privados do Concelho de Almada.											
Custos elevados associados às intervenções de gestão de combustível e escassez de mão de obra.											
Resolução Geral:											
Substituição aos proprietários por parte do município e aumento das ações de fiscalização.											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
Monitorizar e fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas, aplicando as penalizações sempre que necessário e promovendo o aumento do cumprimento voluntário							OE, OM				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	□	□	□								
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		

1)	1 Equipa de patrulha da GNR para fiscalização	GNR	A definir
2)	1 Viatura da equipa de patrulha da GNR para fiscalização	GNR	A definir
3)	6 Ações de sensibilização e informação à população	GNR e Município	A definir
Total (€)			A definir
Gestão de risco da iniciativa Descrever que ameaças se colocam a esta iniciativa e de que modo está pensado resolver problemas que se coloquem durante o seu desenvolvimento Risco: Proprietários não executarem as FGC. Alto (16) Resolução: Município substituir-se aos proprietários. Ameaças: As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto. Com a implementação do projeto, prevê-se que a um número constante de ações de patrulha de 1ª passagem corresponda uma diminuição do nº de casos sinalizados em 1ª passagem e necessariamente do número de 2ªs passagens e de contraordenações e/ou notificações aos municípios.			
Observações: <i>shapefile</i> anual disponibilizada com este documento;			
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.			

PROGRAMA “ALDEIAS SEGURA” E “PESSOAS SEGURAS”							2.3.1.4	
Objetivos - Incrementar a segurança e autoproteção das pessoas e infraestruturas, reduzir os danos em pessoas e dos bens e prevenir e reduzir os comportamentos de risco com o uso do fogo. Perceber e reconhecer o risco, gerindo o pânico e as ações de proteção perante a aproximação de incêndios rurais. Principais resultados esperados - Aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos territórios rurais devido a um melhor sistema de preparação e autoproteção a incêndios e a uma redução dos comportamentos de risco da população, fruto de uma maior sensibilização.				Principais entidades envolvidas				
				R Município				
				A Comissão MUNICIPAL GIFR				
				S Município				
				C ANEPC, Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
				I Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
				F Comissão MUNICIPAL GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 2.000,00€								
Indicadores				Unidade				Meta

1) N.º total de aglomerados rurais abrangidos pelos programas	N.º	1
2) % de aglomerados rurais com estabelecimento ou melhoria de locais de abrigo ou refúgio	%	100%
3) % de aglomerados rurais com colocação de sinalética e plano de evacuação/confinamento	%	100%
4) % de aglomerados rurais com realização de simulacros	%	100%

Gestão de risco do projeto

Risco Total: 9 – Moderado (S3; P3)

Ameaças:

- Pouca adesão da população residente neste aglomerado residencial às iniciativas a desenvolver relativas à implementação deste programa.
- A forte procura turística do local associado a este aglomerado poderá levar à ocupação do mesmo durante o período de maior risco por populações menos sensibilizadas no que toca aos comportamentos de risco associados à utilização do fogo.
- Comportamentos de risco da população no uso do fogo e ausência de medidas de autoproteção do edificado e aglomerados populacionais em espaço rural.

Resolução Geral:

- A existência de programas de vigilância florestal com forte presença na envolvência do aglomerado, com ações de sensibilização de proximidade às populações que se encontrem na envolvência destes espaços.
- Divulgação do simulacro no aglomerado populacional, sensibilizando os residentes.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
Implementar e monitorizar a designação de oficiais de segurança local, da identificação de locais de abrigo e refúgio e teste de planos de evacuação e ações de sensibilização	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
			☐	☐	☐						

Recursos

Identificação do Recurso	Origem do recurso	Custo [€]

1)	1 Ação de Sensibilização e Esclarecimento à população	Entidades GIFR	1.000,00€								
			Total (€) 1.000,00 €								
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: Alto 20 (S4; P5) Ameaças: - Não implementação e continuidade do projeto. Resolução Geral: - Implementação efetiva dos pressupostos associados ao programa Aldeias Segura Pessoas Seguras.											
Observações:											
Iniciativa n.º 2			Fonte Financiamento								
Identificar e envolver as entidades e parceiros locais garantindo o alinhamento de todas as entidades e mobilização das populações visando a implementação dos programas nos aglomerados rurais.			OM								
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo [€]								
1) Ação de Sensibilização		Entidades GIFR	500,00 €								
2) Realização de 1 Simulacro		Município, Entidades GIFR e Moradores no edificado abrangido pelo programa ASPS	500,00 €								
			Total (€) 1.000,00 €								
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: Alto 20 (S4; P5) Ameaças: - Não implementação e continuidade do projeto. Resolução Geral: - Implementação efetiva dos pressupostos associados ao programa Aldeias Segura Pessoas Seguras.											
Observações:											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

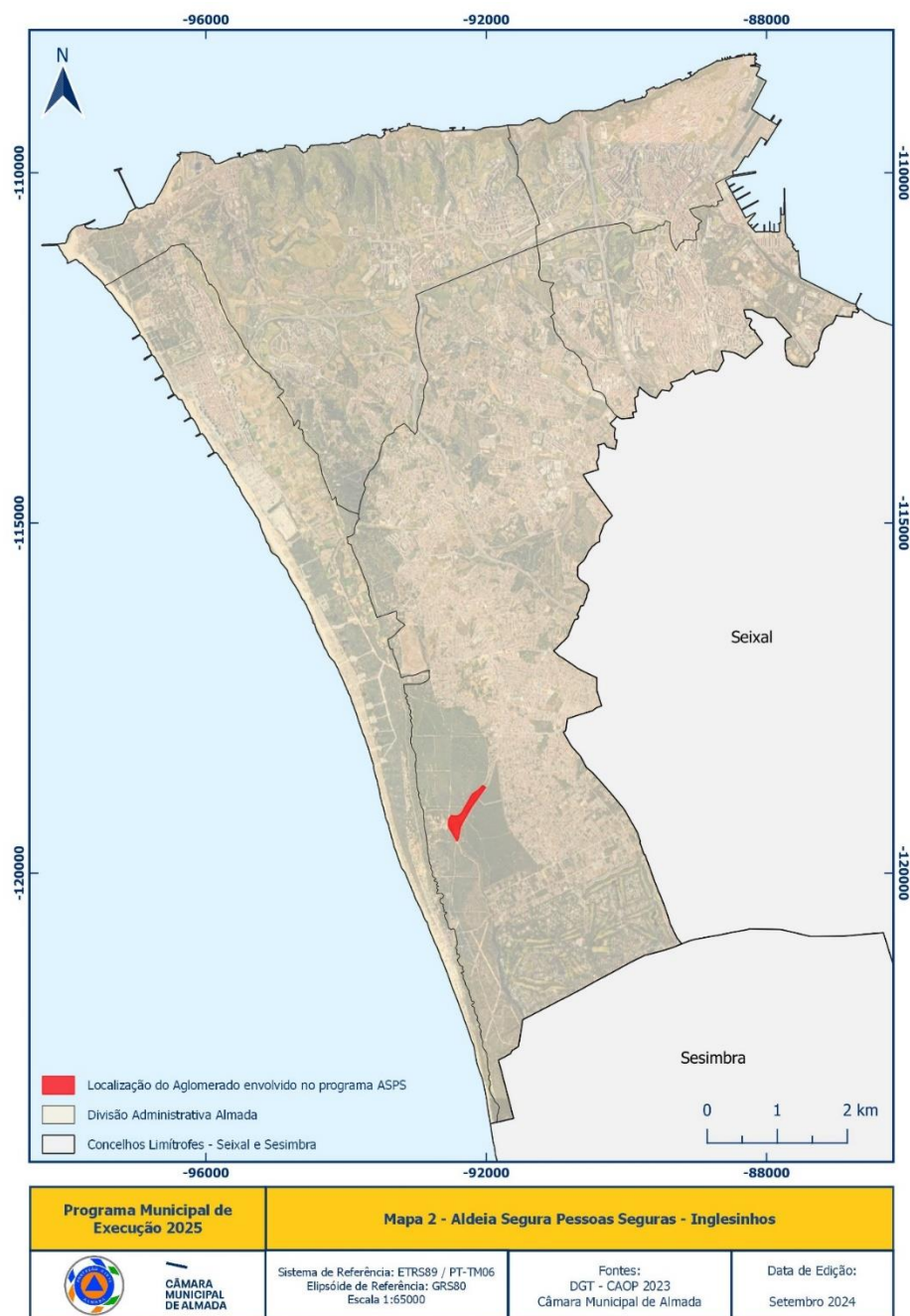


Figura 3 – Localização do aglomerado populacional “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”

(esta cartografia pode ser consultada numa escala de representação maior, no

Anexo V.3 a este documento)

IV.3 – PROJETOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS							3.1.1.2.		
Objetivos - Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis, reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais (e.g. autarquia, Equipa de Sapadores Florestais, GNR) e utilização de meios de comunicação mais eficazes - Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; Principais resultados esperados - Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas; - Redução do número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais; - Redução da área ardida resultante de queimas e queimadas. - Aumento da perceção do risco pela população.					Principais entidades envolvidas				
					R	ICNF, Município			
					A	Comissão MUNICIPAL GIFR			
					S	Município, Juntas de Freguesia, CB, GNR, PSP, entidades integrantes da CMGIFR, Proprietários Privados			
					C	ICNF			
					I	AGIF			
					F	GNR, Município			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento global do projeto neste PME: 1.500,00€									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Número de comunicações prévias da realização de queimas e queimadas					%		100%		
2) Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas					%		100%		
3) Número de queimas e queimadas apoiadas					%		100		
4) Número de acidentes em queimas e queimadas					Nº		0		
Gestão de risco do projeto									
- Risco Total: 9 – Moderado (S3; P3) - Ameaças: - Comportamentos de risco por parte da população aquando da realização de queimas e queimadas; - Dificuldade da população mais idosa em efetuar os registos na plataforma queimas e queimadas do ICNF; - Dificuldade da população em aceder e interpretar de forma correta informação meteorológica. - Resolução Geral:									

- Disponibilizar o acesso a informação e difundir práticas adequadas do uso do fogo pela população;
- Fornecer apoio aos municípios aquando da realização dos registos na plataforma do ICNF.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
Promover o apoio na realização de queimas e queimadas em dias de maior risco e em APPS, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Disponibilização de informação sobre medidas de autoproteção e comportamentos mais adequados durante o período crítico no site e redes sociais do município.	Município	1.000,00€
Total (€)		1.000,00 €

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças.
- Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)
- Resolução Geral: Não se aplica

Observações

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo, privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma e quer através de apoio telefónico.	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Folhetos a distribuir na comunidade e disponibilização em formato digital nos meios da Câmara	Município	500,00 €
2) Atendimento telefónico	Município	0,00 €
Total (€)		500,00 €

Gestão de risco da iniciativa

- Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)
- Ameaças:
 - Maior dificuldade da população idosa em aceder à informação disponibilizada digitalmente;
- Resolução Geral:
 - Distribuição de folhetos em locais mais frequentados por esta população, através da realização de ações de sensibilização e distribuição em expositores colocados em edifícios municipais com atendimento ao público.

Observações:

Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS							3.1.2.1.			
Objetivos - Garantir ações de vigilância armada para as situações de previsão de condições meteorológicas adversas, para o risco de incêndio rural/florestal. Principais resultados esperados - Redução de ignições e melhoria na resposta das primeiras intervenções, às eventuais ignições, nas áreas rurais/florestais mais críticas; - Mais proteção do território na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica					Principais entidades envolvidas					
					R	ICNF, Município, Forças Armadas – Marinha; GNR; Corpos de Bombeiros				
					A	Comissão MUNICIPAL GIFR				
					S	ICNF, Município, Forças Armadas – Marinha; GNR; Corpos de Bombeiros				
					C	ICNF				
					I	AGIF				
					F	Comissão Municipal GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC		
Orçamento global do projeto neste PME: A definir										
Indicadores					Unidade		Meta			
1) Ações de vigilância em dias de alto risco (FWI muito alto e extremo) no concelho de Almada e especialmente no território da Área Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica.					%		100%			
2) Grau de cobertura do território a vigiar nas áreas críticas (art. 41.º e 42.º do SGIFR na sua redação atual) e nos Estados de Alerta Especial Laranja e Vermelho.					%		100%			
Gestão de risco do projeto										
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)										
- Ameaças: Ausência de meios suficientes para resposta a uma vigilância armada. - Resolução Geral: Necessidade de priorização das áreas de vigilância.										

Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
Mapear e articular os meios de disponíveis distribuídos pelas diversas entidades. Realização de trabalho extraordinário para a vigilância, nos dias de alto risco e nos períodos de alerta especial, pelas diversas entidades envolvidas.										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				☐	☐	☐	☐	☐	☐		
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Elaboração de mapa de meios humanos disponíveis, equipamentos e viaturas preparadas e disponíveis para as ações de vigilância e de primeira intervenção						ICNF, Município, Forças Armadas – Marinha; GNR; Corpos de Bombeiros			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1) - Resolução Geral: Não se aplica											
Observações:											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS								3.1.2.3.
Objetivos				Principais entidades envolvidas				
- Garantir a operacionalidade da vigilância fixa através do posto de vigia do concelho, pertencente à Rede Nacional de Vigilância (Cabo da Malha) - Garantir a operacionalidade e articulação dos meios envolvidos na vigilância móvel				R ICNF, Município, Forças Armadas – Marinha; GNR; Corpos de Bombeiros				
Principais resultados esperados				A Comissão MUNICIPAL GIFR				
- Deteção mais eficaz e melhoria da resposta das primeiras intervenções, nas áreas rurais/florestais do concelho. - Maior proteção do território na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica.				S ICNF, Município, Forças Armadas – Marinha; GNR; Corpos de Bombeiros				
				C ICNF				
				I AGIF				
				F Comissão Municipal GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento global do projeto neste PME: A definir								

Indicadores		Unidade	Meta								
3)	Vigilância fixa e móvel no período de julho a setembro	%	100%								
4)	Grau de cobertura do território a vigiar na área da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica.	%	100%								
Gestão de risco do projeto											
<u>Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2)</u>											
- Ameaças: Ausência de meios suficientes para resposta a uma vigilância armada. - Resolução Geral: Necessidade de priorização das áreas de vigilância.											
Iniciativa n.º 1		Fonte Financiamento									
Mapear e articular os meios de disponíveis distribuídos pelas diversas entidades. Realização de trabalho extraordinário para a vigilância, nos dias de alto risco e nos períodos de alerta especial, pelas diversas entidades envolvidas.		OM									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				☐	☐	☐	☐	☐	☐		
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo [€]			
2) Elaboração de mapa de meios humanos disponíveis, equipamentos e viaturas preparadas e disponíveis para as ações de vigilância e de primeira intervenção				ICNF, Município, Forças Armadas – Marinha; GNR; Corpos de Bombeiros				A definir			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1) - Resolução Geral: Não se aplica											
Observações:											
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR –Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE										3.2.1.2.													
Objetivos • Criar ações de sensibilização da população a nível local seguindo uma abordagem personalizada ao município e aos seus fatores de risco mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade Principais resultados esperados • Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros, aumentando a proteção das populações e espaços rurais					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>C</td><td></td></tr><tr><td>I</td><td>AGIF; CSubRGIFR-AML</td></tr><tr><td>F</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr></table>							R	Município	A	Comissão MUNICIPAL GIFR	S	ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da Comissão MUNICIPAL GIFR	C		I	AGIF; CSubRGIFR-AML	F	Comissão MUNICIPAL GIFR
R	Município																						
A	Comissão MUNICIPAL GIFR																						
S	ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da Comissão MUNICIPAL GIFR																						
C																							
I	AGIF; CSubRGIFR-AML																						
F	Comissão MUNICIPAL GIFR																						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE	QUAL	SIC														
Orçamento global do projeto neste PME: 2.850,00€																							
Indicadores					Unidade				Meta														
1) Número de ações de sensibilização locais					Nº				12														
2) Número de ações nas redes sociais					Nº				2														
3) Número de Cidadãos abrangidos pelas ações de sensibilização locais					Nº				2400														
Gestão de risco do projeto • Risco Total: 3 - Baixo (S3; P1) • Ameaças: Fraca adesão da população às ações promovidas; • Resolução Geral: Não aplicável;																							
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento																	
• Implementar campanhas de sensibilização para públicos-alvo específicos em cada região ou local, de acordo com os fatores de risco mais relevantes para a adoção das melhores práticas associadas.						OM																	
Calendarização																							
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez												
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐												
Recursos																							
Identificação do recurso					Origem do recurso				Custo [€]														
1) 12 Ações de Sensibilização nos Mercados Municipais no âmbito do programa “Floresta Segura, Floresta Verde”					Município e Entidades SGIFR				1.200,00€														

	2) Informação Pública em 3 Outdoors	Município	600,00€
	3) Difusão nas Redes Sociais/website da Câmara de informação referente a avisos meteorológicos do IPMA e informação sobre comportamentos de risco	Município	A definir
	4) Sistema de aviso de Perigo de Incêndio Rural	Município	200,00€
	5) Semana da Proteção Civil – Primeira semana do mês de junho que integra ações de defesa da floresta contra incêndios	Município e entidades SGIFR	500,00€
	6) Distribuição de folhetos em stands existentes no Concelho	Município	350,00€
	Total (€)		2.850,00 €
	Gestão de risco da iniciativa		
	- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1) - Resolução Geral: Não se aplica		
	Observações		
	Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.		

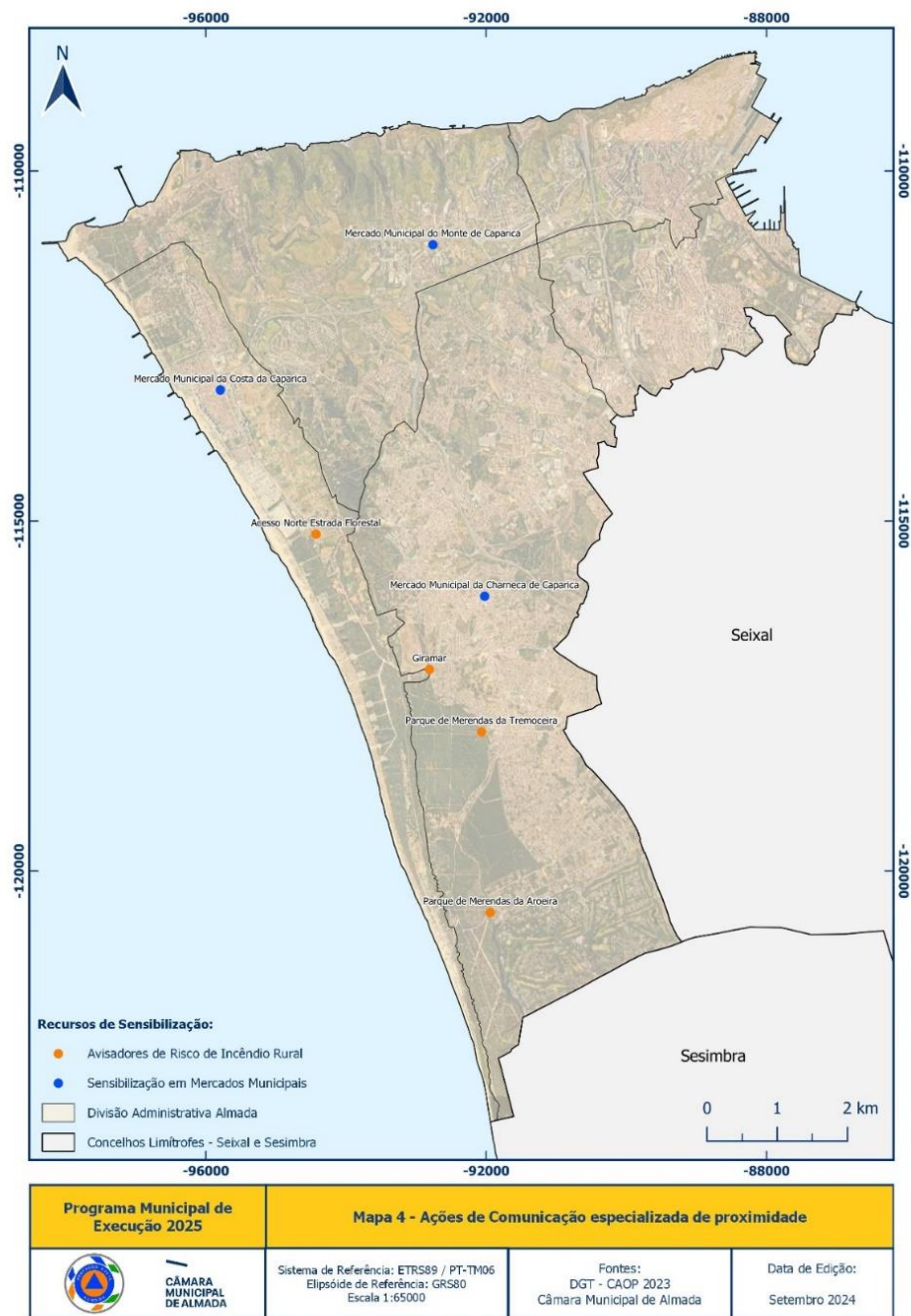


Figura 4 – Identificação dos locais para a realização de ações de sensibilização
(esta cartografia pode ser consultada numa escala de representação maior, no
Anexo V.3 a este documento)

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA										3.2.1.3.	
Objetivos - Capacitar as entidades da administração central e local a efetuar uma comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência Principais resultados esperados - Em parceria com a ANEPC: Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contextos de crise das entidades centrais e locais garantindo um alinhamento integrado.					Principais entidades envolvidas						
					R Município						
					A Comissão MUNICIPAL GIFR						
					S ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da Comissão MUNICIPAL GIFR						
					C ANEPC; Comissão MUNICIPAL GIFR						
					I AGIF						
F Comissão SUB-REGIONAL GIFR											
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE	QUAL		SIC	
Orçamento global do projeto neste PME: A definir											
Indicadores					Unidade				Meta		
1) Número de elementos capacitados para comunicar em contexto de emergência					Nº				2 elementos por entidade		
2) Número de entidades capacitadas para comunicar em contexto de emergência					Nº				A definir (município e entidades SGIFR)		
Gestão de risco do projeto											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto).											
• Ameaças: Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa.											
• Resolução Geral: Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
• Realização de curso de formação “Media Training” em comunicação em situação de emergência para capacitação de elementos capacitados para comunicar em contexto de Emergência							OM e outros				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso				Custo [€]		
3) Identificação dos representantes institucionais de cada entidade para frequência do curso “Media Training”					Município e Entidades SGIFR				A definir		

	Total (€)	A definir
Gestão de risco da iniciativa - Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução da iniciativa) - Ameaças: Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa. - Resolução Geral: Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.		
Observações		
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO							3.2.2.1.		
Objetivos - Aumento da educação da população mais jovem para os perigos de incêndio e adoção de comportamentos responsáveis. - Aumento da integração de boas práticas no seu quotidiano e educação aos adultos/família/comunidade. - Inclusão de conteúdos educativos nas iniciativas escolares Principais resultados esperados - Sensibilização e capacitação da comunidade escolar e população estudantil do Concelho, para iniciativas de educação ambiental, ações de redução de risco de incêndio rural e ações de proteção da floresta e defesa contra incêndios rurais.					Principais entidades envolvidas				
					R Município				
					A Comissão MUNICIPAL GIFR				
					S ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da CMGIFR; AML				
					C Escolas/Agrupamentos de Escolas				
					I AGIF; Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
					F Comissão MUNICIPAL GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento global do projeto neste PME: 1.700,00 €									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Número de alunos participantes, por ciclo de ensino, em iniciativas orientadas para a prevenção dos incêndios, proteção e valorização da floresta e/ou espaços rurais, identificação de risco de fogo rural e comportamentos de autoproteção nas escolas					%		10 % do total de alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e ensino secundário, do município.		
2) Número de estágios profissionais promovidos pelas entidades do sistema, por município					Nº		1		
Gestão de risco do projeto - Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução da iniciativa) - Ameaças: Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa. - Resolução Geral: Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa									
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento			

- Reforçar as práticas pedagógicas e produzir conteúdos educativos referentes à valorização dos recursos florestais e às medidas de autoproteção a incluir nas aprendizagens (vídeo, cartazes, desenhos, etc.)

OM

Calendarização

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

☐ ☐ ☐
Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Distribuição de folhetos e cartazes na comunidade escolar	Município	850,00
Total (€)		850,00 €

Gestão de risco da iniciativa

- Risco Total: 4 (S2; P2)
- Ameaças: Ausência de financiamento para a produção de conteúdos
- Resolução Geral: Procurar fontes de financiamento

Observações
Iniciativa n.º 2
Fonte Financiamento

- Criar na escola o dia dedicado a regras básicas sobre incêndios rurais e como reagir antes, durante e depois de um incêndio rural, em colaboração com as entidades locais de combate e prevenção de fogos rurais.

OM

Calendarização

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐
Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Ações de Sensibilização à População Escolar	Município	A definir
2) Apoio da Equipa de Sapadores Florestais Municipais	Município	A definir
Total (€)		A definir

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças.
- Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)
- Resolução Geral: Não se aplica

Observações

Iniciativa n.º 3										Fonte Financiamento		
Sensibilizar a população escolar do meio urbano para o risco de incêndio aquando da deslocação para o meio rural em tempo de férias										OM		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
☐	☐	☐	☐	☐								
Recursos												
Identificação do recurso					Origem do recurso				Custo [€]			
3) Ações de sensibilização e de demonstração de redução de comportamento de risco à população escolar					Município				A definir			
4) Folhetos a distribuir nas escolas					Município				850,00€			
Total (€)									850,00 €			
Gestão de risco da iniciativa												
- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1) - Resolução Geral: Não se aplica												
Observações												
Iniciativa n.º 4										Fonte Financiamento		
Nas escolas secundárias pretende-se promover em articulação com outras entidades os estágios para os cursos profissionais da área (como proteção civil)										OM		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐	
Recursos												
Identificação do recurso					Origem do recurso				Custo [€]			
1) Promover estágio profissional junto dos alunos do curso profissional de Proteção Civil (Escola Secundária Cacilhas-Tejo)					Município				A definir €			
Total (€)									A definir €			
Gestão de risco da iniciativa												
- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)												

- Resolução Geral: Não se aplica

Observações

Iniciativa n.º 4	Fonte Financiamento
• Diagnóstico de práticas pedagógicas subordinadas à sensibilização e capacitação para o Risco de Incêndio Rural	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐

Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

Figura 5 -

IV.4 – PROJETOS DE GESTÃO EFICIENTE DO RISCO



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

4.1.1.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO								4.1.1.2.			
Objetivos Assegurar o funcionamento da rede de estações meteorológicas implementada no município.					Principais entidades envolvidas						
					R Município						
					A Comissão MUNICIPAL GIFR						
					S Município						
					C						
					I AML						
					F Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00 €											
Indicadores					Unidade				Meta		
Funcionamento da rede de estações meteorológicas do município					%				100		
Gestão de risco do projeto - Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: 6 - Moderado (S1; P1) - Resolução Geral: Não se aplica											
Iniciativa N.º 1								Fonte Financiamento			
Funcionamento da rede de estações meteorológicas								Município			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Realização de manutenções e calibrações periódicas						Município			A definir		
Total (€)									A definir		

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças.
- Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1)
- Resolução Geral: Não se aplica

Observações:

Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)										4.1.2.1.													
Objetivos - Implementar o funcionamento da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Almada, de forma a garantir a coordenação entre as diferentes entidades no âmbito do SGIFR, focada no nível municipal e garantido a execução do PME. Principais resultados esperados - Implementação do SGIFR através de uma articulação eficiente entre as diversas entidades.					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>ICNF, GNR, PSP, BB</td></tr><tr><td>C</td><td>AML</td></tr><tr><td>I</td><td>AGIF; AML</td></tr><tr><td>F</td><td>Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr></table>							R	Município	A	Comissão MUNICIPAL GIFR	S	ICNF, GNR, PSP, BB	C	AML	I	AGIF; AML	F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR
R	Município																						
A	Comissão MUNICIPAL GIFR																						
S	ICNF, GNR, PSP, BB																						
C	AML																						
I	AGIF; AML																						
F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR																						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE		QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00 €																							
Indicadores					Unidade				Meta														
• CMGIFR constituída e em funcionamento					Nº				1														
• Número de Reuniões					Nº				4 (Anual)														
Gestão de risco do projeto - Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: 6 - Moderado (S1; P1) - Resolução Geral: Não se aplica																							
Iniciativa N.º 1								Fonte Financiamento															
• Comissão Municipal GIFR (CMGIFR) de Almada constituída								Orçamentos próprios das entidades envolvidas															
Calendarização																							
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez												
				□	□				□		□												
Recursos																							

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Representantes das entidades na CMGIFR	Entidades GIFR	0
2) Instalações	Município	0
Total (€)		0,00 €
Gestão de risco da iniciativa - Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1) - Resolução Geral: Não se aplica		
Observações:		
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.		

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO							4.1.2.3.		
Objetivos - Criar o Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) a nível municipal. Principais resultados esperados - Maior alinhamento e uniformidade de execução entre as entidades, fruto do PME ajustado à sua realidade, facilitando a gestão e reduzindo o risco associado.				Principais entidades envolvidas					
				R	Município				
				A	Comissão MUNICIPAL GIFR				
				S	ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da CMGIFR				
				C	AML				
				I	AGIF; AML				
				F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE	QUAL	SIC
Gestão de risco do projeto - Ameaças: A esta data não se identificam ameaças - Risco Total: 6 - Moderado (S3; P3) - Resolução Geral: Não se aplica									
Orçamento Global do Projeto neste PME: A definir									
Indicadores				Unidade			Meta		
1) PME aprovado				Nº			2024:1 PME aprovado		
2) Parecer emitido em relação ao PME				Nº			2024: 1 Parecer emitido		
3) PME monitorizado				Nº			2025: 1		
4) Percentagem de execução dos projetos do PME				Percentagem			50 %		

Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
Elaborar o PME, reunindo os contributos das diferentes entidades envolvidas e alinhando-os com os objetivos e metas estratégicas										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
							☐	☐	☐	☐	
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Gabinete Técnico Florestal, com recursos humanos especializados para gestão técnica e elaboração do PME						Município			A definir		
2) Realização de reuniões técnicas						Entidades do SGIFR			A definir		
3) Representantes das entidades na CMGIFR						CMGIFR			A definir		
									Total (€)		A definir €
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: 1 - Baixo (S1; P1) - Resolução Geral: Não se aplica											
Observações:											
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
Executar o Programa Municipal de Execução										Orçamentos próprios das entidades envolvidas	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Representantes das entidades na CMGIFR						Entidades GIFR			A definir		
2) Ações de partilha de conhecimento: criação de grupos de trabalho, reuniões técnicas e canais de comunicação						AGIF, AML			A definir		
									Total (€)		0,00 €

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças: Não há financiamento à data e PRA/PSA não têm esta referência.
- Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)
- Resolução Geral: Encontrar o financiamento e rever o PRA/PSA com esta iniciativa explícita

Observações:

Iniciativa n.º 3	Fonte Financiamento
• Monitorizar a execução do PME, garantindo o seu cumprimento de acordo com os prazos e objetivos definidos	Orçamentos próprios das entidades envolvidas

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Representantes das entidades na CMGIFR	Entidades GIFR	A definir
2) Criação de grupos de trabalho, reuniões técnicas e canais de comunicação	AGIF, AML	A definir
Total (€)		A definir

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças: Não há financiamento à data e PRA/PSA não têm esta referência.
- Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)
- Resolução Geral: Encontrar o financiamento e rever o PRA/PSA com esta iniciativa explícita.

Observações:

Iniciativa n.º 4	Fonte Financiamento
• Transpor o PME para o PDM	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
3) Representantes das entidades na CMGIFR	Entidades GIFR	A definir
4) Criação de grupos de trabalho, reuniões técnicas e canais de comunicação	AGIF, AML	A definir

	Total (€)	A definir
Gestão de risco da iniciativa		
- Ameaças: Não há financiamento à data e PRA/PSA não têm esta referência. - Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) - Resolução Geral: Encontrar o financiamento e rever o PRA/PSA com esta iniciativa explícita.		
Observações:		
Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.		

V – ANEXOS

V.1 – PROJETOS SEM DECLINAÇÃO MUNICIPAL

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA	1.1.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que para áreas com cadastro o projeto BUPI não é aplicável.	
EMPARCELAMENTO	1.1.3.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n. 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.	
GESTÃO INTEGRADA DE TERRITÓRIOS RURAIS	1.2.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a exploração florestal existente no território de Almada é escassa e fragmentada. Acresce que não existem Organizações de Produtores Florestais (OPF) a atuar no município, nem Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).	
PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM	1.2.1.2.

Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.	
MODELOS DE FUNCIONAMENTO DOS MULTIFUNDOS	1.2.2.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, não existem ZIF's no território de Almada.	
PATRIMÓNIO FLORESTAL COM GESTÃO CERTIFICADA NUMA ÓPTICA DE CIRCULARIDADE	1.2.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não existem áreas de gestão pública, nem baldios, no território de Almada. Acresce que a exploração florestal existente no território de Almada é escassa e fragmentada.	
DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NA ECONOMIA RURAL	1.2.2.4.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, por não ser considerado prioritário no contexto atual.	
MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS AGRO FLORESTAIS	1.2.2.5.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, por não ser considerado prioritário no contexto atual.	
AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS	1.2.3.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)	2.1.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.	
GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	2.1.1.2.
Projeto não declinado	

	Este projeto não declina para o PME, em 2025, porque o PSA-AML não identifica espaços naturais no concelho de Almada, alvo de remuneração dos serviços dos ecossistemas	
	RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500HA EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS	2.1.1.3.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não houve incêndios com área >500ha no concelho.	
	GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.2.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
	MOSAICOS ESTRATÉGICOS	2.2.1.4.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, por não ser estratégico para este ano.	
	ÁREAS DE ELEVADO VALOR	2.2.1.5.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, por não ser estratégico para este ano.	
	GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS	2.2.1.6.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, por não ser prioritário.	
	PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS	2.2.1.7.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.	
	USO DO FOGO	2.2.1.9
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o Plano de Fogo Controlado do Município de Almada ainda não se encontra elaborado.	
	COMPOSTAGEM	2.2.2.1

	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, por não estarem reunidas as condições no município de Almada para a sua implementação.	
	PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA	2.2.2.2
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, por não estarem reunidas as condições para a sua implementação.	
	GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS	2.3.1.2
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
	MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS	3.1.1.3.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
	PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS	3.1.2.2.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
	INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS	3.1.3.3.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, porque não teve declinação sub-regional.	
	COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO	3.2.1.1.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, porque é ao nível sub-regional que é efetuado o levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do SGIFR, que têm como responsabilidade comunicar e envolver as comunidades locais num esforço de redução de ignições e exposição ao risco.	
	FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO	3.2.1.4.
	Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME porque é ao nível sub-regional, que a Entidade Intermunicipal tem a incumbência de fazer anualmente o levantamento dos órgãos de comunicação social ao nível sub-regional e municipal para que sirva de orientação à estruturação formações na região,	

portanto, o número de ações de formação está diretamente associado ao número de OCS existentes na região e ao número de formandos a definir por sessão.

PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

4.1.2.2.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque o dimensionamento do sistema é elaborado ao nível nacional, com auscultação regional e sub-regional, sendo posteriormente dado conhecimento às Entidades Intermunicipais e municípios.
- O projeto declinou para a sub-região para garantir no estudo de dimensionamento do sistema, a auscultação das Entidades Intermunicipais e se as necessidades apontadas pelos municípios estão a ser satisfeitas.
- Numa lógica de gestão eficiente de recursos a informação deve ser agregada a nível sub-regional pela Entidade Intermunicipal (e não a nível municipal).

NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS

4.1.2.4.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque a auscultação do município é realizada no nível da sub-região, onde existe a monitorização e adequação da aplicação das normas técnicas e diretivas operacionais.
- Este projeto pretende garantir a uniformização da execução do planeamento por parte das entidades do SGIFR, reduzindo diferenças de implementação e assegurando uma coesão da segurança do território.

ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL

4.1.3.1.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro para cada nível de planeamento, através da visão integrada do plano de ação (PRA e PSA), não detendo uma componente operacional no município.

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

4.2.2.1.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque a monitorização e avaliação das equipas é realizada ao nível sub-regional, de acordo com os indicadores e modelo definido à escala nacional/regional/sub-regional. O cruzamento dos resultados de monitorização/avaliação obtidos em cada entidade com o resultado desses indicadores, permitirá identificar boas práticas e debilidades do sistema, de forma a difundi-las ou a introduzir necessidades/oportunidades de melhoria bem como o desenvolvimento e implementação de medidas corretivas.

SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS

4.2.2.3.

Projeto não declinado

- Este projeto não declina para o PME porque as entidades que integram o SGIFR são beneficiárias a nível regional e sub-regional, e não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das Lições Aprendidas e promoção da utilização da capacidade.

	A monitorização do projeto é garantida a nível sub-regional.
--	--

IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ORGANIZATIVO DE MODO FASEADO	4.3.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME porque o modelo organizativo está já em aplicação generalizada, pelo que o conceito de área piloto experimental (Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março) se vê esgotado no tempo. Neste contexto, estando o objetivo esgotado, não serão criados projetos piloto adicionais.	

IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR	4.4.1.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME porque está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação. Tendo por base o universo potencial de formandos, a formação é organizada numa lógica Nacional e Regional, as Entidades Intermunicipais e municípios serão beneficiários.	

V.2 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Avaliação de risco dos Projetos:

Resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

Avaliação de risco das Iniciativas:

Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela);
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), como transferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

<u>Severidade</u> Probabilidade	Negligenciável (1)	Baixa (2)	Média (3)	Grave (4)	Catastrófica (5)
Quase Certa (5)	Moderado 5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo 4	Moderado 8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo 3	Moderado 6	Moderado 9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo 2	Baixo 4	Moderado 6	Moderado 8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo 1	Baixo 2	Baixo 3	Baixo 4	Moderado 5

V.3 – CARTOGRAFIA DE DETALHE

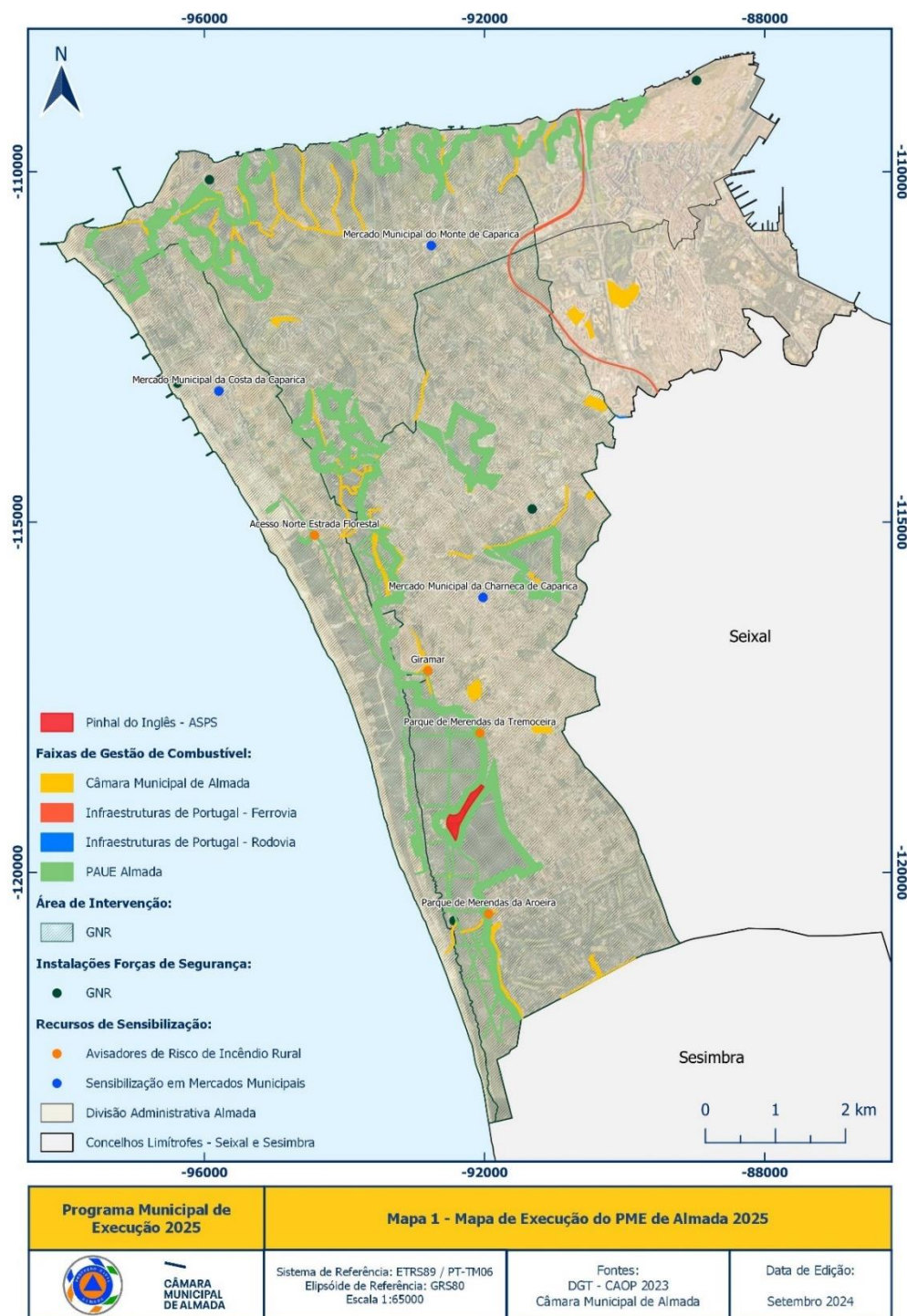


Figura 1 – Mapa de Execução do PME de Almada 2025

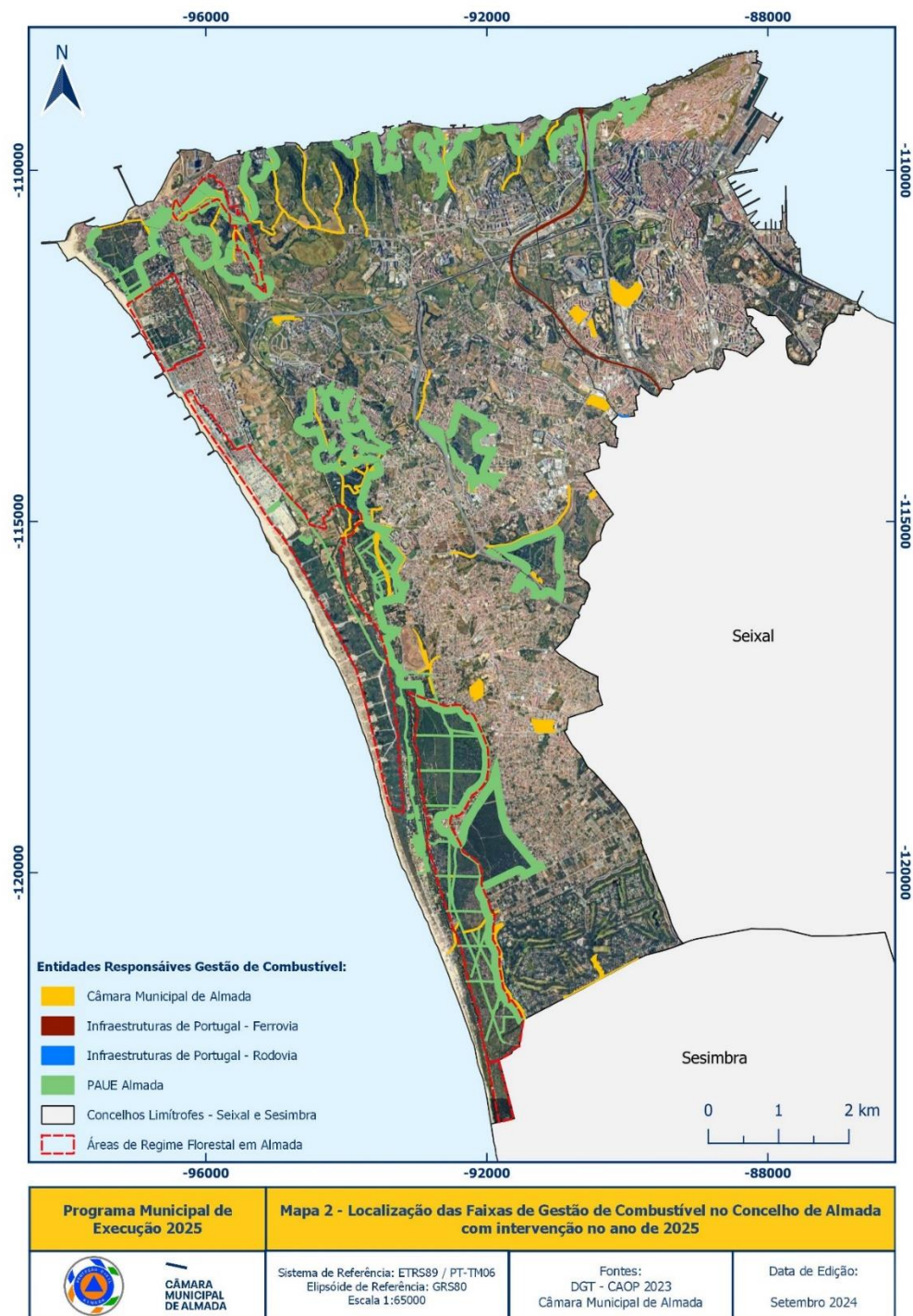


Figura 2 – Faixas de Gestão de Combustível com intervenção em 2025

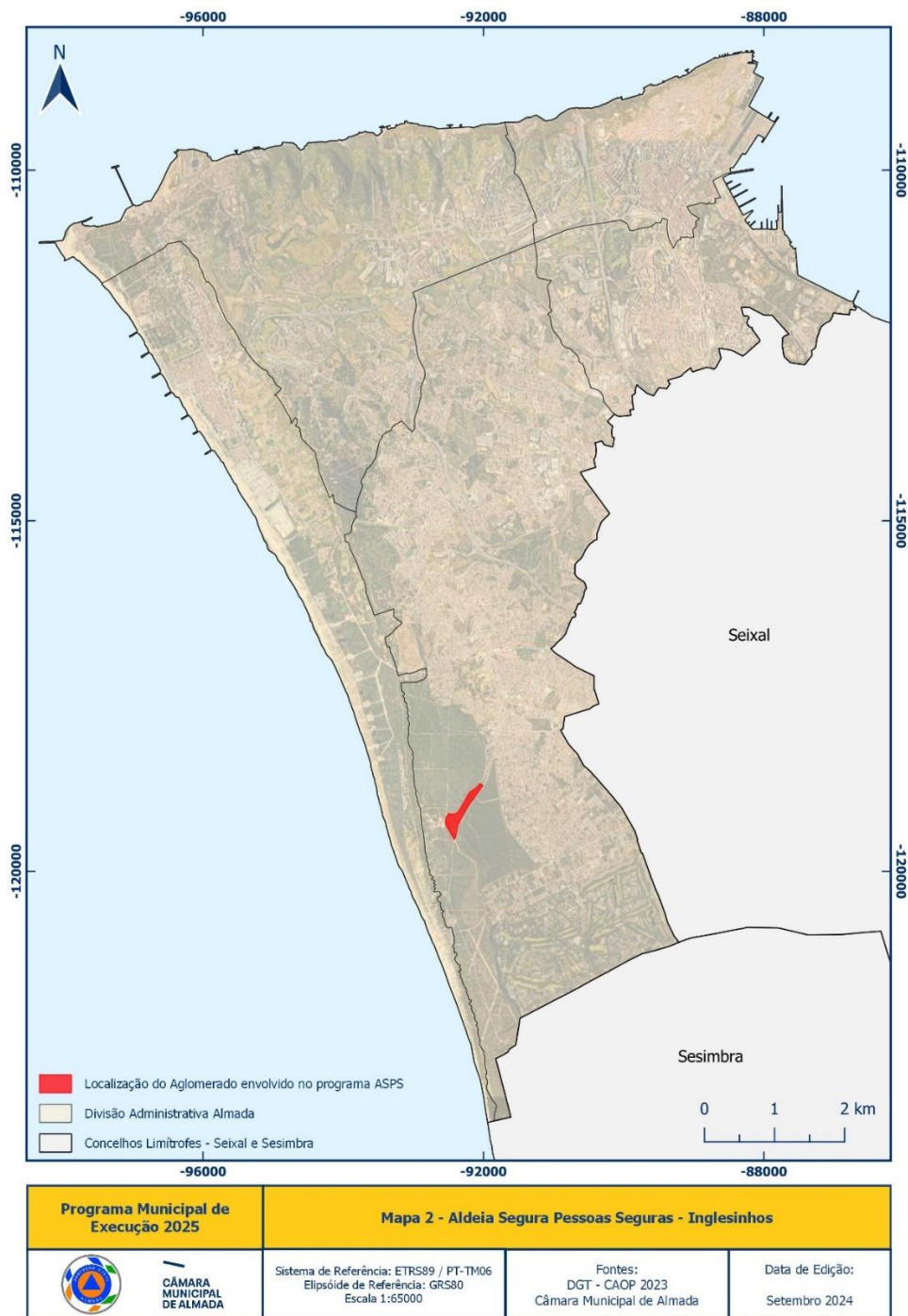


Figura 3 – Localização do aglomerado populacional “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”

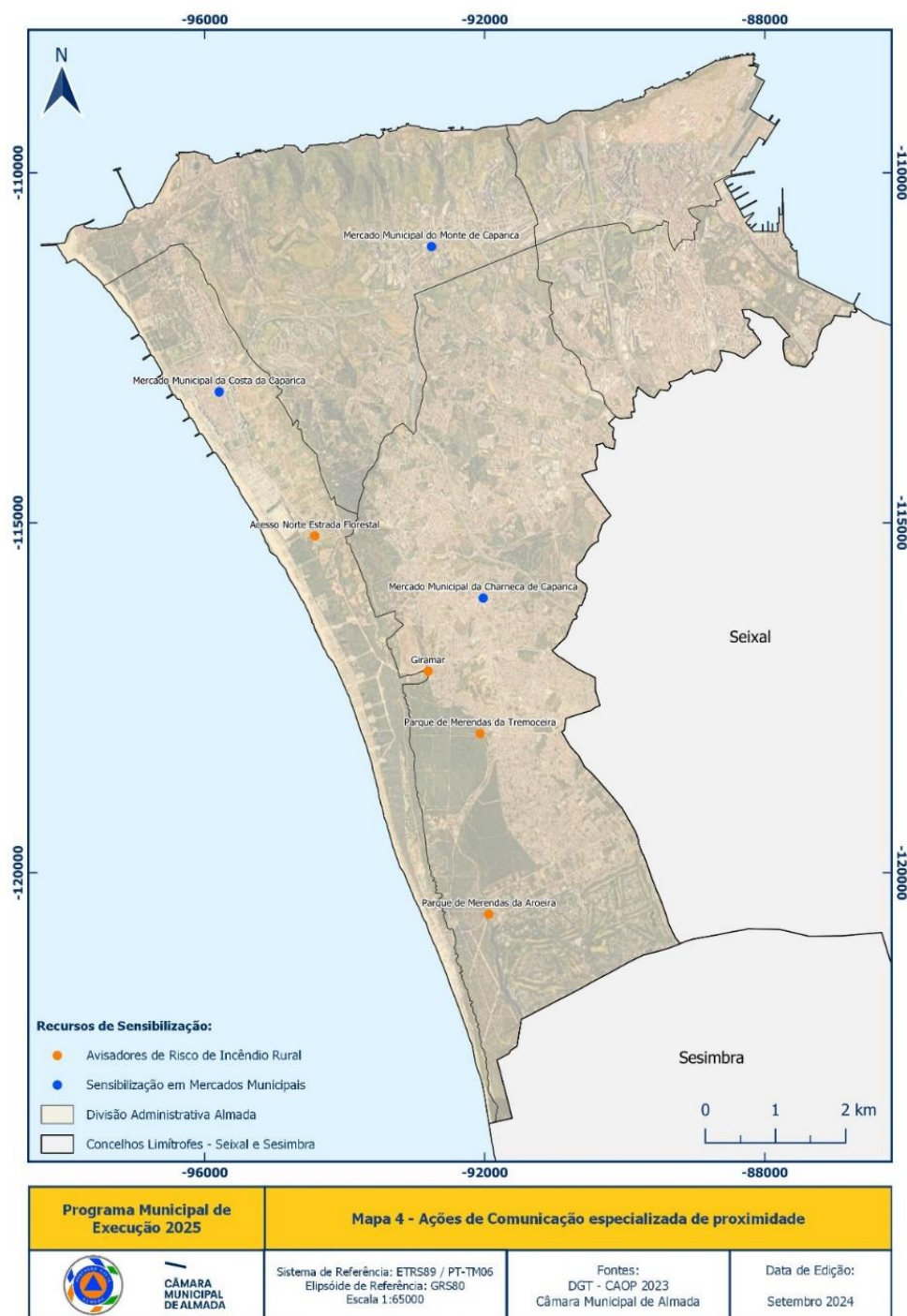


Figura 4 – Identificação dos locais para a realização de ações de sensibilização

V.4 – GLOSSÁRIO

DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

a. Atribuição de responsabilidades

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do PSA é efetuada com a instituição de um modelo RASCIFA de acordo com a codificação abaixo.

Código	O que significa
EC	Entidade Coordenadora Entidade que coordena e promove a concretização do processo.
R	Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
A	Aprova A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	Suporta As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
C	Consulta As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	Informa As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	Fiscaliza A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.
Aa	Avalia e Articula A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia.

b. Entidades envolvidas

Entidade	Definição
AdP	Águas de Portugal
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.

ANI	Agência Nacional da Inovação
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLC	Companhia Logística de Combustíveis
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEG	Direção-Geral da Energia e Geologia
DGES	Direção Geral do Ensino Superior
DGT	Direção-Geral do Território
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
EDP	Energias de Portugal
EGF	Entidades de Gestão Florestal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ESF	Equipas de Sapadores Florestais
FA	Força Aérea
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEPC	Força Especial de Proteção Civil
FFAA	Forças Armadas
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
IP	Infraestruturas de Portugal
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IRN	Instituto dos Registos e Notariado
OPF	Organizações de Produtores Florestais
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
REN	Redes Energéticas Nacionais
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UEPS	Unidade de Emergência de Proteção e Socorro
UGF	Unidades de Gestão Florestal
ZIFS	Zonas de Intervenção Florestal